

**AS MULHERES E O CAPITAL: NOTAS SOBRE A EXPLORAÇÃO DO TRABALHO  
FEMININO NA PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO DO CAPITALISMO**

**MUJER Y CAPITAL: NOTAS SOBRE LA EXPLOTACIÓN DEL TRABAJO FEMENINO EN  
LA PRODUCCIÓN Y REPRODUCCIÓN DEL CAPITALISMO**

**WOMEN AND CAPITAL: NOTES ON THE EXPLOITATION OF FEMALE LABOR IN  
THE PRODUCTION AND REPRODUCTION OF CAPITALISM**

DOI: <https://doi.org/10.9771/gmed.v14i2.48093>

Miléia Santos Almeida<sup>1</sup>

**Resumo:** O presente ensaio apresenta uma reflexão teórica acerca das dimensões da exploração do trabalho produtivo e reprodutivo das mulheres na sociedade capitalista e patriarcal, a partir de conceitos e análises presentes no primeiro livro da obra “O Capital”. Com o objetivo de atualizar e complementar lacunas presentes no pensamento marxiano ou mesmo dialogar com suas proposições, são fundamentais as interlocuções com a epistemologia feminista que aborda o tema, bem como exemplificar a realidade concreta por meio da articulação entre teoria e prática – a práxis marxista.

**Palavras-chave:** Mulheres. Capitalismo. Trabalho. Exploração. Reprodução.

**Resumén:** Este ensayo presenta una reflexión teórica sobre las dimensiones de la explotación del trabajo productivo y reproductivo de las mujeres en la sociedad capitalista y patriarcal, a partir de conceptos y análisis presentes en el primer libro del libro “O Capital”. Con el objetivo de actualizar y complementar lagunas presentes en el pensamiento marxista o incluso dialogar con sus proposiciones, son fundamentales los diálogos con la epistemología feminista que aborda el tema, así como ejemplificar la realidad concreta a través de la articulación entre teoría y práctica - la praxis marxista.

**Palabras-clave:** Mujeres. Capitalismo. Trabajo. Exploración. Reproducción.

**Abstract:** This essay presents a theoretical reflection on the dimensions of the exploitation of women's productive and reproductive work in capitalist and patriarchal society, based on concepts and analyzes present in the first book of the book “O Capital”. With the objective of updating and complementing gaps present in Marxian thought or even dialoguing with its propositions, the dialogues with the feminist epistemology that approaches the theme are fundamental, as well as exemplifying the concrete reality through the articulation between theory and practice - the Marxist praxis.

**Keywords:** Women. Capitalism. Work. Exploration. Reproduction.

**Introdução**

Publicado em fins do século XIX, O Capital, obra-prima de Karl Marx, marcou gerações de pensadores/as e revolucionários/as e continua sendo literatura essencial para compreensão do funcionamento da estrutura do sistema capitalista. Ao apresentar uma análise de fôlego acerca do processo de produção de mais-valor que se ancora na exploração da força de trabalho, sob a ótica do materialismo histórico e dialético, O Capital também possibilita olhar para mais além das próprias relações de produção que o texto marxiano exemplificava. Olhar para o trabalho invisível das mulheres, fundamental para a reprodução da força de trabalho que gira a roda do capitalismo, é olhar mais além.

As mulheres estão presentes em O Capital e outras obras de Marx. Elas não foram categoricamente ignoradas pelo autor pois, seu trabalho na esfera produtiva e o seu lugar na família operária são evocados ao longo da obra, sobretudo, o livro 01 que exploramos aqui, único dos volumes que Marx chegou a publicar em vida. Produções como A Ideologia Alemã, Manuscritos Econômico-Filosóficos, Suicídio e até mesmo o Manifesto Comunista, escritas ou não em parceria com Friedrich Engels<sup>2</sup>, apresentam reflexões sobre o papel da mulher na sociedade burguesa. Todavia, O Capital não é tão generoso em sua percepção do trabalho das mulheres. Uma abordagem não genericada<sup>3</sup> do trabalho reprodutivo<sup>4</sup> para manutenção daquele sistema desponta timidamente na obra, mas a centralidade e a dinâmica desse trabalho que aprofundava ainda mais as hierarquias de gênero e a opressão milenar sobre as mulheres, anterior ao próprio capitalismo no ocidente, não se apresenta em seu estudo.

Esse silêncio ou, em outras palavras, essa insensibilidade analítica de Marx em relação ao trabalho feminino, responsável pela reprodução dos/as trabalhadores/as e, por consequência, do próprio sistema capitalista, ainda provoca incômodo. Há breves momentos do texto em que ele se aproxima da questão, mas a acaba secundarizando ou ignorando. Uma hipótese possível para esta lacuna é que o trabalho doméstico não correspondia *ipsis litteris* ao conceito de trabalho produtivo definido por Marx, do processo “em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza.” e “agindo sobre a natureza externa e modificando-a por meio desse movimento, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza” (MARX, 2013, p. 326). Todavia, é possível expandir a compreensão do conceito de trabalho marxiano para perscrutar o papel do trabalho das mulheres nas esferas produtiva e reprodutiva. Essa questão não pode permanecer nas sombras da crítica marxista, que se baseia na obra de Marx, mas constantemente a reinterpreta e atualiza para contemplar as nuances da exploração capitalista através dos séculos. É assim, que as contribuições teóricas e práticas elaboradas através da *práxis*<sup>5</sup> feminista ampliaram os horizontes dessa discussão.

Ao longo de décadas de debates acadêmicos e atuação política, algumas autoras feministas marxistas e/ou anticapitalistas trouxeram para a análise do Capital novas perspectivas sobre o tema do trabalho reprodutivo (ou de reprodução social). Nas palavras da autora italiana Silvia Federici, no prefácio da edição brasileira de sua obra Calibã e a Bruxa, “longe de ser um resquício pré-capitalista, o trabalho doméstico não remunerado das mulheres tem sido um dos pilares da produção capitalista, ao ser o trabalho que produz a força de trabalho” (FEDERICI, 2017, p. 12). Além do trabalho doméstico

abordado por Federici, as atividades relacionadas ao cuidado de crianças, idosos, doentes, entre outros, ainda que em sua forma remunerada, a partir da mercantilização da divisão sexual do trabalho, apresentam as marcas da exploração capitalista-patriarcal na dupla jornada de trabalho e na baixa remuneração e desvalorização salarial e social, o que inclui além da proletarização, o processo de racialização dessas relações de trabalho.

A exploração desse “trabalho invisível” na reprodução social, seja no trabalho doméstico e de cuidado sem remuneração, seja nas atividades feminilizadas (e racializadas) sub-remuneradas, se intensificou demasiadamente no contexto da pandemia de covid19 iniciada em 2020. O dossiê “CoronaChoque e Patriarcado”, organizado pelo Instituto Tricontinental, ao apresentar, entre outras questões, o impacto do isolamento na vida de mulheres da classe trabalhadora, desde aquelas que trabalham na linha de frente do enfrentamento ao vírus, sobretudo, no setor de saúde, àquelas que são responsáveis pelo trabalho doméstico, destaca:

Esse trabalho doméstico só aumentou durante a pandemia. A obrigatoriedade da quarentena ou de algum grau de isolamento social tem tornado menos invisível a necessidade do cuidado, já que as pessoas passam mais tempo em casa, cuidando não apenas do ambiente do lar, mas também de si, da família, de vizinhos e até da comunidade.

As medidas de higienização recomendadas durante o combate ao coronavírus demandam maiores esforços: constante limpeza de produtos e roupas ao entrar em casa, as crianças deixaram de ir à escola, a maioria das refeições estão sendo feitas em casa, o espaço do lar se suja com mais frequência, os espaços de lazer e convívio social, como Igrejas, parques, bares, praças e comércio estão restritos. Isso significa que todos aqueles cuidados supracitados cresceram exponencialmente, e continuam recaindo sobre as mulheres.<sup>6</sup>

Dessa forma, a permanência (e incorporação) de estruturas relacionadas à divisão sexual e racial do trabalho na sustentação do sistema capitalista patriarcal se torna mais visível em tempos de crise sanitária, o que amplia a necessidade de investigar as dimensões de gênero que compõem a essência da engrenagem do Capital. O que se pretende assim, com as reflexões deste ensaio é compreender a exploração do trabalho feminino numa perspectiva do materialismo histórico e dialético, considerando que as esferas do trabalho (produtivo e reprodutivo) se complementam e não são um espaço dicotômico de atuação de homens e mulheres, respectivamente. Contudo, apenas a análise marxiana de funcionamento do sistema capitalista não contempla totalmente a opressão feminina, constituída no interior de relações sociais e representações culturais que legitimaram a apropriação e controle do corpo das mulheres. Assim, outros aparatos teóricos, sejam eles marxistas ou pós-estruturalistas, serão utilizados no esforço de preencher lacunas e propor reflexões.

### **Trabalho das mulheres na esfera produtiva: A exploração patriarcal e capitalista**

O mais-valor se constitui como parte excedente do valor<sup>7</sup>, acrescido a ele no momento de sua produção e apropriado pela classe capitalista, isto é, a diferença entre o valor produzido pelo trabalho e o

salário pago ao trabalhador. Ao analisar a exploração da força de trabalho para a obtenção de mais-valor (ou mais-valia), Marx se refere a apropriação do trabalho de mulheres e crianças com o avanço da industrialização inglesa e aprimoramento dos meios de produção. Diante da existência de máquinas menos pesadas e que exigiam menor força física para o seu manuseio, os capitalistas ampliaram as possibilidades de emprego da mão-de-obra em suas fábricas com o trabalho feminino e infantil. Dessa forma, aconteceu não somente uma desvalorização da remuneração da força de trabalho masculina como também um impacto desestruturador sobre a família operária<sup>8</sup>.

Marx expõe as terríveis condições de trabalho a que eram submetidas as mulheres, tanto no ambiente da fábrica quanto fora dele. Antes da maquinaria moderna que revolucionou a produção e a ocupação de postos de operação dessas máquinas por operárias jovens, sobretudo, na indústria têxtil, o trabalho nas manufaturas já representava uma forma de sobrevivência para mulheres e crianças nos ambientes domésticos. Segundo ele,

*O lace finishing* [acabamento da renda] é realizado como trabalho domiciliar, seja nas assim chamadas *mistresses houses* [casas de mestras], ou por mulheres que trabalham em suas próprias casas, sozinhas ou com seus filhos. As mulheres que mantêm as *mistresses houses* são igualmente pobres. O local de trabalho é uma parte de sua residência privada. Elas recebem encomendas de fabricantes, proprietários de grandes lojas etc. e empregam mulheres, moças e crianças pequenas, conforme o tamanho dos aposentos disponíveis e a demanda flutuante do negócio.

[...]

Onde as mulheres trabalham em casa com seus próprios filhos, isto é, em sentido moderno, num quarto alugado, frequentemente num sótão, as condições são, quando isso é possível, ainda piores. Esse tipo de trabalho é distribuído num raio de 80 milhas em torno de Nottingham. Quando a criança ocupada nos estabelecimentos comerciais deixa o trabalho às 9 ou 10 horas da noite, é comum que ela ainda receba um pacote para aprontar em casa. (MARX, 2013, p.658)

Um questionamento que a leitura dessas passagens provoca se refere ao tempo que as mulheres dedicavam também ao trabalho que não é considerado produtivo, isto é, trabalho doméstico e de cuidado, e mantinha a sobrevivência da família operária. Anteriormente, ao se referir às jornadas de trabalho nas fábricas, Marx menciona a lei fabril que protegia as mulheres e reduzia seu tempo de trabalho.

Assim surgiu a lei fabril adicional de 7 de junho de 1844, que entrou em vigor em 10 de setembro desse mesmo ano. Ela acolhia uma nova categoria de trabalhadores entre os protegidos: as mulheres maiores de 18 anos. Estas foram equiparadas aos adolescentes em todos os aspectos, seu tempo de trabalho foi limitado a 12 horas, o trabalho noturno lhes foi vetado etc. Pela primeira vez, a legislação se viu compelida a controlar direta e oficialmente também o trabalho dos adultos. No relatório de fábrica de 1844-1845, diz-se ironicamente: “Não nos foi apresentado nem um único caso em que mulheres adultas tivessem se queixado de uma tal interferência em seus direitos”. (MARX, 2013, p.444-445)

A partir da análise da instituição dessa lei que, vale ressaltar, foi criticada e não cumprida por muitos proprietários de fábricas, podemos presumir que a redução da jornada de trabalho das mulheres operárias não se dava apenas como uma benevolência ou conduta moral das autoridades inglesas. Muito mais provável que fosse uma forma de garantir a manutenção do trabalho doméstico não-remunerado que

era fundamental para a sustentação da sociedade capitalista, o que aprofundaremos em tópico posterior no texto.

Sobre a apropriação do trabalho feminino e/ou feminilizado pelo modo de produção capitalista, a socióloga marxista Heleieth Saffioti, ao analisar a situação das mulheres na sociedade de classes, afirma que

[...] a inferiorização social de que tinha sido alvo a mulher desde séculos vai favorecer o aproveitamento de imensas massas femininas no trabalho industrial. As desvantagens sociais de que gozavam os elementos do sexo feminino permitiam à sociedade capitalista em formação arrancar das mulheres o máximo de mais-valia absoluta, através, simultaneamente, da intensificação do trabalho, da extensão da jornada de trabalho e de salários mais baixos que os masculinos, uma vez que para o processo de acumulação rápida de capital era insuficiente a mais-valia relativa obtida através do emprego da tecnologia de então. A máquina já havia, sem dúvida, elevado a produtividade do trabalho humano; não, entretanto, a ponto de saciar a sede de enriquecimento da classe burguesa. (SAFFIOTI, 2013, p.67)

Algumas elucidações importantes podem ser apreendidas por meio dessa citação. O mais-valor absoluto é compreendida por Marx como mais-valor obtido pelo prolongamento da jornada de trabalho, diferente do mais-valor relativo que se origina da “redução do tempo de trabalho necessário e da correspondente alteração na proporção entre as duas partes da jornada de trabalho” (MARX, 2013, p.485). No processo de acumulação primitiva, o mais-valor absoluto era extraído do trabalho das mulheres através da maior exploração do trabalho feminino e remuneração mais baixa e, ainda que a produtividade tivesse sido elevada, os capitalistas se aproveitavam da subalternização histórica desse grupo social. Essa exploração mais intensa das mulheres era possível assim, não somente pelas relações produtivas do modo de produção capitalista, mas por séculos de opressão-dominação dos homens nas relações de sexo/gênero. Em outras palavras, o capitalismo se servia de uma estrutura hierárquica bastante anterior, denominada patriarcado.

Qual a relação existente entre capitalismo e patriarcado? O capitalismo, como sistema econômico que estruturou a sociedade ocidental moderna, se apropriou de outros sistemas pré-existentes de opressão-exploração como o racismo e o patriarcado. Este último constitui o regime da dominação das mulheres pelos homens, sendo que “as relações patriarcais, suas hierarquias, sua estrutura de poder contaminam toda a sociedade” (SAFFIOTI, 2011, p.54), isto é, não se restringem ao âmbito privado e definem também os contornos do trabalho produzido e reproduzido pelas mulheres proletárias.

Além da exploração mais intensa de sua força de trabalho, havia outros aspectos definidos pelas hierarquias de gênero<sup>9</sup> para as mulheres da classe trabalhadora, que se refletiam na divisão sexual do trabalho na própria linha de montagem das fábricas, marcada por diferenciações que carregavam construções culturais e normativas das características biológicas humanas. Vale ressaltar que, ainda que essa não seja uma análise de Karl Marx e sim proposta por teóricas feministas marxistas, ela possibilita alargar os horizontes de leitura, apropriação e aplicação de sua obra. A divisão sexual do trabalho, numa perspectiva feminista materialista, nas palavras de Danièle Kergoat corresponde a:

A divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais de sexo; esta forma é adaptada historicamente e a cada sociedade. Ela tem por características a destinação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apreensão pelos homens das funções de forte valor social agregado (políticas, religiosas, militares, etc...). (KERGOAT, 2009, p. 67).

Ao desenvolver esse verbete do “Dicionário Crítico do Feminismo”, a autora francesa explicita que tal forma de divisão do trabalho se orienta por dois princípios organizadores: a separação e a hierarquização. O primeiro define a existência de dois tipos de trabalho (feminino e masculino) e o segundo afirma que o trabalho do homem possui valor maior que o da mulher.

Cabe aqui a abertura de um parêntese em relação a suposta universalidade das origens do patriarcado enquanto sistema histórico de dominação-exploração-opressão sobre as mulheres que é questionada, sobretudo, pelos estudos pós-coloniais africanos e asiáticos e pelo feminismo decolonial latino-americano. Tais estudos, ainda que com fortes influências marxistas no contexto das lutas de independência em África e Ásia e no âmbito dos debates acadêmicos e movimentos políticos de esquerda na América Latina, questionaram categorias de análise e pressupostos teóricos da modernidade ocidental<sup>10</sup>, entre eles o próprio marxismo, como perspectiva universal para compreensão da realidade histórica e cultural de sociedades localizadas em pólos colonizados e periféricos do globo. Todavia, suas problematizações sobre os padrões de colonialidade<sup>11</sup> do poder não são passíveis de serem ignoradas nas análises que abrangem territórios periféricos do Oriente e do Sul Global.

A socióloga nigeriana, Oyèrónké Oyèwùmí, questiona a validade transcultural da categoria patriarcado (e do conceito de gênero) em sua obra “A invenção das mulheres”, sobretudo, nas sociedades iorubás. Para a autora, a própria ideia de “mulher” era inexistente nestas comunidades africanas, sendo que “o surgimento da mulher como categoria identificável, definida por sua anatomia e subordinada aos homens em todas as situações, resultou, em parte, da imposição de um Estado colonial patriarcal”. (2021, p. 189). Na mesma linha, a autora argentina Maria Lugones (2020) ao formular a ideia de colonialidade de gênero, identifica a imposição de um patriarcado branco que desestruturou as sociedades pré-colombianas na América.

Ainda que existam posições distintas, como a da antropóloga Rita Segato (2021) que admite a existência de um “patriarcado de baixa intensidade” nas sociedades indígenas pré-coloniais em contraponto ao “patriarcado colonial-moderno de alta intensidade”, é possível observar que a colonização criou ou aprofundou hierarquias de gênero que dicotomizaram os espaços público e privado, subalternizando as atividades desenvolvidas pelas mulheres no contexto da divisão sexual do trabalho.

Durante suas pesquisas sobre as experiências de mulheres operárias nas décadas de 1970 e 1980 no Brasil, mais especificamente na região do ABC paulista, a socióloga e militante Elisabeth Souza-Lobo percebeu a presença da divisão sexual do trabalho no ambiente das fábricas, ou seja, na realização do trabalho considerado produtivo. Na linha de montagem de uma indústria automobilística, ela identificou mulheres executando trabalhos não qualificados e homens trabalhos qualificados.

Nas linhas de montagem dos autorrádios, toca-fitas, seletores eletrônicos e radiorrelógios, na preparação e inserção dos componentes só trabalham mulheres supervisionadas por um contramestre homem, são todas montadoras. Fiscalizando a máquina automática de solda está um homem. Do outro lado, dando início ao acabamento, estão mulheres soldando, revisando, trocando peças, inserindo novos componentes. São todas montadoras, supervisionadas por um contramestre homem. Na montagem final, onde o produto é calibrado, testado e dependendo se seu destino é Manaus ou não, recebe uma carcaça com todo o acabamento, estão as mulheres realizando todas essas tarefas, com exceção das que exigem algum saber técnico, pois os consertadores são todos homens. No final da linha, ficam os embaladores – se o produto for leve, embaladora; se for pesado, embalador. E como quase em toda regra, também encontramos exceção. Mas, todos os contramestres são homens e todos os consertadores são homens (SOUZA-LOBO, 2001, p.63)

Souza-Lobo percebe assim uma assimetria entre “o saber e o fazer” que definem as funções de homens e mulheres respectivamente na linha de montagem. Podemos observar também o papel de controle e vigilância atribuído ao olhar masculino sobre o trabalho feminino ou, numa análise foucaultiana<sup>12</sup>, sobre esses corpos superficialmente considerados frágeis e dóceis, mas que eram submetidos a uma disciplina constante para se tornarem força de trabalho. “O corpo só se torna força útil se é ao mesmo tempo corpo produtivo e corpo submisso (FOUCAULT, 2013, p. 29). Além disso, ainda que o setor estudado por Souza-Lobo (automobilístico) não possa ser considerado uma extensão dos “trabalhos de mulher”, como a indústria têxtil e de alimentos, frequentemente vistos como mais “delicados”, a autora percebe que o discurso associando as funções das mulheres aos procedimentos que exigiriam mais destreza e menos força permaneciam naquele espaço. Todavia, tal discurso cai por terra no momento em que a substituição de mão-de-obra se fazia necessária, como no caso da ocupação de postos durante as guerras mundiais.

A situação das mulheres no mercado de trabalho contemporâneo é marcada, entre outras questões, pela grande desigualdade salarial entre os gêneros que, no Brasil varia entre 30% e 70% (no caso das mulheres negras)<sup>13</sup>. Ao pensarmos em como o trabalho das mulheres foi absorvido pelo sistema capitalista e como a sua participação na esfera produtiva se dá de forma mais ou menos precarizada é possível refletir sobre a ideia de exército de reserva elaborada por Marx.

Se uma população trabalhadora excedente é um produto necessário da acumulação ou do desenvolvimento da riqueza com base capitalista, essa superpopulação se converte, em contrapartida, em alavanca da acumulação capitalista, e até mesmo numa condição de existência do modo de produção capitalista. Ela constitui um exército industrial de reserva disponível, que pertence ao capital de maneira tão absoluta como se ele o tivesse criado por sua própria conta. Ela fornece a suas necessidades variáveis de valorização o material humano sempre pronto para ser explorado, independentemente dos limites do verdadeiro aumento populacional. (MARX, 2013, p. 858)

Para Marx, o exército de reserva pressiona o exército de trabalhadores ativos e incide na valorização ou desvalorização salarial. Se refletirmos sobre as condições impostas às mulheres para que se mantenham ativas no mercado de trabalho, acumulando funções fora da esfera produtiva, esse exército de reserva condiciona ainda mais para que as mulheres tenham seu trabalho desvalorizado diante do trabalho masculino que, historicamente dominou o mercado formal.

Para a maioria das mulheres trabalhadoras, o subemprego é uma realidade ainda maior que o desemprego, ocupando postos altamente frágeis e sem garantias trabalhistas. Quando inseridas no mercado formal, a grande maioria ocupa trabalhos considerados “feminizados” nas áreas de cuidado, saúde<sup>14</sup> e educação básica, associados a uma mítica “vocação feminina” que dissocia tais ocupações da lógica do trabalho produtivo e incide na redução salarial. Além disso, a imensa maioria das mulheres não está em condições iguais para recusar um trabalho com remuneração inferior ao necessário e nem mesmo recusar um acúmulo na sua jornada de trabalho. Como afirma Marx, “o sobretrabalho da parte ocupada da classe trabalhadora engrossa as fileiras de sua reserva” (2013, p. 864). As mulheres, que em períodos de crise, tem seus empregos sumariamente destruídas engrossam as fileiras de um exército (não apenas industrial) de reserva e ampliam o processo de acumulação por meio da reprodução simples, como veremos mais adiante.

### **Cuidado ou trabalho não-pago? A reprodução da sociedade capitalista através do trabalho feminino**

O valor da forçá de trabalho é determinado pelo valor dos meios habitualmente necessários   subsistência do trabalhador médio (MARX, 2013, p.719).

O segredo da autovalorização do capital se resolve no fato de que este pode dispor de uma determinada quantidade de trabalho alheio não pago (MARX, 2013, p. 739)

Nas citações acima, Marx se refere ao mais-valor produzido a partir da exploração do trabalho excedente do operariado, que é apropriado pelo capitalista, em outras palavras, o trabalho não-pago. Além disso, ele demarca o papel da reprodução do trabalho como forma de subsistência do trabalhador médio, que precisa garantir também a sobrevivência da sua família. Esse trabalhador médio é, segundo o autor, um homem adulto. Mas é preciso considerar que existe outra forma de trabalho não-pago, responsável pela reprodução do proletariado, o trabalho doméstico e de cuidado. Antes de adentrarmos essa questão,   válido trazer a definição que Marx atribui ao conceito de reprodução simples.

A reprodução da forçá de trabalho, que tem incessantemente de se incorporar ao capital como meio de valorização, que não pode desligar-se dele e cuja submissão ao capital s    velada pela mudanç a dos capitalistas individuais aos quais se vende, constitui, na realidade, um momento da reprodução do próprio capital. Acumulação do capital é, portanto, multiplicação do proletariado. (MARX, 2013, p. 837).

Apesar da distinção de significado existente entre o conceito marxiano de “reprodução simples” que reproduz toda a sociedade - e o próprio capital - e a categoria feminista de “reprodução social” da vida que abrange todo trabalho necessário para a produção da população, que   invisibilizado,   possível apreender que o primeiro depende da existência do segundo, pois a “acumulação do capital   multiplicação do proletariado” nas palavras de Marx, o que seria impossível sem a reprodução social da vida presente nas atividades de cuidado. Segundo Cinzia Arruzza,

O termo reprodução social, na tradição marxista, normalmente indica o processo de reprodução de uma sociedade em sua totalidade, como já mencionado. Na tradição marxista feminista, entretanto, reprodução social significa algo mais preciso: a manutenção e reprodução da vida, em nível diário e geracional. Neste contexto,



reprodução social designa a forma na qual o trabalho físico, emocional e mental necessário para a produção da população é socialmente organizado: por exemplo, preparo da comida, educação dos jovens, cuidado dos idosos e doentes, assim como as questões domésticas e todo caminho até as questões de sexualidade...(ARRUZZA, 2015, p. 55)

Vale ressaltar que esta autora defende a concepção de uma “teoria unitária”, o que pressupõe a existência de um único sistema cujas relações múltiplas de dominação são expressões concretas da sociedade capitalista, inclusive, as estruturas patriarcais e racistas. Assim, marcada por diferentes posições entre suas autoras, a teoria da reprodução social do trabalho foi elaborada e aprofundada por teóricas feministas marxistas que sentiram a necessidade de preencher lacunas deixadas pelo texto marxiano e por debates nas organizações socialistas que pouco contemplavam as questões de gênero na luta de classes. A historiadora indiana Tithi Bhattacharya pontua que:

A força de trabalho, em grande parte, é reproduzida por três processos interconectados:

1. Atividades que regeneram a trabalhadora fora do processo de produção e que a permitem retornar a ele. Elas incluem, entre uma variedade de outras coisas, comida, uma cama para dormir, mas também cuidados psíquicos que mantêm uma pessoa íntegra.
2. Atividades que mantêm e regeneram não-trabalhadores que estão fora do processo de produção - isto é, os que são futuros ou antigos trabalhadores, como crianças, adultos que estão fora do mercado de trabalho por qualquer motivo, seja pela idade avançada, deficiência ou desemprego.
3. Reprodução de trabalhadores frescos, ou seja, dar à luz (BHATTACHARYA, 2019, p. 103).

Entre as muitas atividades de reprodução da vida estão os cuidados mentais e físicos, a higiene, a comida, habitação, cuidado de crianças, idosos e pessoas com deficiência e outras variações do trabalho doméstico. Tais atividades, como vimos, se tornaram “trabalho feminino” por meio da divisão sexual do trabalho. Partindo de dados pesquisados em 2012 nos Estados Unidos, Bhattacharya analisa que mulheres realizaram 25,9 horas por semana de trabalho doméstico não-pago em 2010, enquanto os homens realizaram 16,8 horas. Para contemplar a realidade brasileira, podemos utilizar os dados estatísticos da Pnad (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios), divulgados pelo IBGE em 2020<sup>15</sup>. No Brasil, a jornada da mulher no serviço doméstico é 10h24m superior à do homem por semana, segundo a coleta de informações em 2019, situação que se agravou no período da pandemia. O que seria do capitalismo sem a execução desse trabalho não-pago pelas mulheres que atravessa os séculos?

A palavra proletariado, adotada por Marx para definir a “verdadeira classe revolucionária”<sup>16</sup> tem suas origens antigas no termo prole – conjunto de filhos, descendência. O capitalismo depende assim que os filhos da classe explorada continuem nascendo e crescendo, seja para vender sua força de trabalho, seja para integrar o exército industrial de reserva. Reproduzir a classe trabalhadora, gerar sua prole e cuidar de sua alimentação, vestimenta, habitação para assegurar a manutenção da força de trabalho necessária a produção capitalista era (e continua sendo) trabalho predominantemente feito pelas mulheres, diante da divisão sexual do trabalho.

O salário para Marx é central na reprodução da força de trabalho, não garante o seu enriquecimento e nem mesmo uma vida plenamente confortável, mas deve garantir a sobrevivência dos trabalhadores/as, ou seja, o mínimo<sup>17</sup> necessário para estar de pé e colocar sua força de trabalho em movimento, a serviço do capital. O/a trabalhador/a só recebe o valor em dinheiro após sua força de trabalho ter atuado produzindo além do seu próprio valor, como o mais-valor em mercadorias. Como precisa consumir mercadorias, o/a trabalhador/a acaba devolvendo à classe capitalista o dinheiro recebido. Assim, “a forma-salário extingue, portanto, todo vestígio da divisão da jornada de trabalho em trabalho necessário e mais-trabalho, em trabalho pago e trabalho não pago. Todo trabalho aparece como trabalho pago”. (MARX, 2013, p.745). É possível deduzir então que o salário não somente oculta o trabalho produtivo não pago, mas aquele realizado no ambiente doméstico, o trabalho reprodutivo das mulheres.

O salário deve reproduzir toda a família trabalhadora, reproduzindo a própria relação capitalista em que a classe substitui o indivíduo, criando um antagonismo de classes, onde de um lado está a classe proprietária, a burguesia, e do outro a classe trabalhadora explorada, o proletariado. Em “O Patriarcado do Salário”, Silvia Federici (2021) faz uma crítica a proposta de “salário familiar” levantada durante a Primeira Internacional dos Trabalhadores e destaca o posicionamento ambíguo de Marx nessa questão, pois provavelmente ele se apegava as condições abomináveis impostas ao trabalho de mulheres e crianças nas fábricas, e o salário familiar seria um paliativo temporário. Para Federici, esse teria sido um erro de cálculo diante da instituição de um novo tipo de regime patriarcal que ela intitula de “patriarcado do salário”.

Quando a sobrevivência econômica da família passou a depender dos trabalhadores do sexo masculino, uma nova causa de conflito surgiu entre mulheres e homens em relação ao uso e ao gerenciamento do salário. Assim, o dia do pagamento era bastante tenso. As esposas aguardavam ansiosas a volta do marido, muitas vezes tentando interceptá-los antes que chegassem ao bar e bebessem todo o salário, outras vezes mandando os filhos busca-los, tantas vezes com o embate físico encerrando a questão. (FEDERICI, 2021, p.170).

O salário familiar atrelado ao trabalho masculino ampliava a subordinação das mulheres no interior das relações de gênero, limitando sua autonomia. O trabalho doméstico era não apenas sua atribuição invisibilizada, mas também sua prisão de caráter patriarcal e capitalista simultaneamente. No entanto, seria a remuneração deste trabalho reprodutivo ou a entrada massiva e ocupação das mulheres no setor de trabalho produtivo a solução deste problema?

Essa resposta pode ser buscada em estudos relativos à organização social do cuidado que estão para além do debate do trabalho doméstico proposto por Silvia Federici, como por exemplo, na pesquisa de Helena Hirata que aborda a situação das/os *care workers* (profissionais do cuidado) em três países – Brasil, França e Japão. Segundo ela,

O cuidado em domicílio, dada a necessidade de realização simultânea do trabalho doméstico e de cuidados, é realizado principalmente por, no caso da Europa, mulheres migrantes e muitas vezes sem documentos; no Brasil, por empregadas domésticas ou diaristas sem vínculos empregatícios formais; e, no Japão, também majoritariamente por

mulheres, embora nas instituições de longa permanência de idosos haja cerca de 35% de cuidadores do sexo masculino. (HIRATA, 2016, p. 61)

Realizado tradicional e gratuitamente na esfera doméstica e familiar pelas mulheres, o trabalho doméstico e de cuidados (de crianças, idosos, pessoas com deficiências, etc.) ao se tornar um trabalho assalariado, foi mantido desvalorizado e sujeito a precarização e má remuneração, executado por mulheres pobres e racializadas. Sobre a racialização do trabalho doméstico, a escravidão africana, empreendida pelo capitalismo mercantil europeu, perpetuou a atribuição do trabalho doméstico às mulheres negras na América. Ao analisar o tripé mulher-raça-classe, a filósofa e militante socialista afroamericana, Ângela Davis descreve que

Durante o período pós-escravidão, a maioria das mulheres negras trabalhadoras que não enfrentavam a dureza dos campos era obrigada a executar serviços domésticos. Sua situação, assim como a de suas irmãs que eram meeiras ou a das operárias encarceradas, trazia o familiar selo da escravidão. Aliás, a própria escravidão havia sido chamada, com eufemismo, de “instituição doméstica”, e as escravas eram designadas pelo inócuo termo “serviçais domésticas”. Aos olhos dos ex-proprietários de escravos, “serviço doméstico” devia ser uma expressão polida para uma ocupação vil que não estava nem a meio passo de distância da escravidão. Enquanto as mulheres negras trabalhavam como cozinheiras, babás, camareiras e domésticas de todo tipo, as mulheres brancas do Sul rejeitavam unanimemente trabalhos dessa natureza. Nas outras regiões, as brancas que trabalhavam como domésticas eram geralmente imigrantes europeias que, como suas irmãs ex escravas, eram obrigadas a aceitar qualquer emprego que conseguissem encontrar. (DAVIS, 2016, p. 99)

A partir dessa realidade material descrita e analisada por Davis, é possível refletir que mesmo tendo se tornado trabalho livre e assalariado após o fim da escravidão, as características de exploração e opressão sobre os grupos de mulheres racializadas se enraizaram em suas relações de trabalho. Uma compreensão bastante equivocada de que o trabalho representaria a emancipação para as mulheres permeou inclusive movimentos feministas ao longo do tempo, dominados pela ideologia burguesa<sup>18</sup>. Todavia, “enquanto trabalhadoras, as mulheres pobres sabiam por experiência própria que o trabalho nem libertava nem trazia realização pessoal, mas antes, na maior parte dos casos, explorava e desumanizava”. (HOOKS, 2019, p.149). A exploração capitalista da força de trabalho proletária longe de emancipar ou libertar as mulheres da classe trabalhadora, as aliena não apenas do produto do trabalho, mas do próprio processo de produção. Enquanto o salário apenas serve para reproduzir a família trabalhadora, essa classe produz constantemente riqueza alheia, convertida em capital.

Por um lado, o processo de produção transforma continuamente a riqueza material em capital, em meio de valorização e de fruição para o capitalista. Por outro, o trabalhador sai do processo sempre como nele entrou: como fonte pessoal de riqueza, porém despojado de todos os meios para tornar essa riqueza efetiva para si. Como antes de entrar no processo seu próprio trabalho já está alienado dele [*ihm selbst entfremdet*], apropriado pelo capitalista e incorporado ao capital, esse trabalho se objetiva continuamente, no decorrer do processo, em produto alheio. (MARX, 2013, p.786)

Trabalhando para produzir riqueza alheia, as mulheres negras no serviço doméstico assalariado são super-exploradas e estão duplamente inseridas na reprodução social do capitalismo, seja de forma remunerada, mas precarizada em lares alheios, seja em suas próprias casas sem remuneração e acumulando

sobretalho. O conceito de “superexploração”, além de se referir às condições das mulheres negras enquanto grupo marginalizado em países do centro do capitalismo, diz respeito a elevada exploração da classe trabalhadora nos países de periferia, de acordo com os primeiros escritos de Rui Mauro Marini sobre o tema, afinal “a superexploração do trabalho constitui, assim, o princípio fundamental da economia subdesenvolvida, com tudo o que implica em termos de baixos salários, falta de oportunidades de emprego, analfabetismo, subnutrição e repressão policial” (MARINI, 1967, p. 91). Em sua elaboração sobre a categoria no contexto da teoria marxista da dependência, Marini redefine a superexploração como uma situação na qual os salários pagos aos trabalhadores são inferiores ao valor da força de trabalho, subtraindo dessa classe as condições necessárias para sua reprodução e provocando a deterioração de suas condições de vida, o que é uma marca nítida das populações racializadas e generificadas no interior do capitalismo dependente.

Um conceito importante, sobretudo, nos capítulos finais do primeiro livro do *Capital* é o de acumulação, considerada como “reprodução do capital em escala progressiva”. Interessa a análise feminista marxista mais precisamente a ideia de “acumulação primitiva”, o ponto de partida do modo de produção capitalista. É interessante o fato de que Marx inicia esse debate com a metáfora do pecado original, em que Adão ao ser expulso do paraíso, foi condenado a “comer seu pão com suor de seu rosto”. A grande massa da sociedade, apesar de seu trabalho incessante, continua a não possuir nada a não ser a si mesma para vender. Todavia, podemos lembrar também de Eva, a primeira mulher, aquela que comeu primeiro o fruto proibido e, desobedecendo a Deus, condenou a si mesma e suas descendentes a “parir com dor”. Estando incluso no trabalho de reprodução social do capitalismo, a geração de trabalhadores também seria um pecado original. Mas, a origem do capitalismo residia no processo de acumulação primitiva que, para Marx, constituía “o processo histórico de separação entre produtor e meio de produção. Ela aparece como “primitiva” porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção que lhe corresponde”. (MARX, 2013, p. 961). Suas raízes históricas se encontram no fim do sistema feudal, já sinalizadas nos séculos XIV e XV, mas consolidada somente no século XVI. “A expropriação da terra que antes pertencia ao produtor rural, ao camponês, constitui a base de todo o processo” (MARX, 2012, p. 963).

Marx realiza uma análise contundente, marcada por uma perceptível revolta, sobre o processo violento e legitimado pelas leis inglesas do “roubo das terras comunais” que transformou camponeses em trabalhadores assalariados. Em relação as mulheres nesse processo, o estudo de Silvia Federici em sua obra “*Calibã e a Bruxa*” é, ao mesmo tempo, crítico e complementar ao texto marxiano. Federici critica uma análise voltada apenas para a formação do proletariado industrial urbano, majoritariamente masculino, e complementa com os impactos que a política de cercamentos causou nas vidas das mulheres. Segundo ela, “as mulheres foram as que mais sofreram quando a terra foi perdida e o vilarejo comunitário se desintegrou” (FEDERICI, 2017, p. 144). Quando as relações monetárias passaram a reger a vida econômica, elas tiveram mais dificuldade para se sustentar e foram confinadas ao trabalho reprodutivo,

esfera que agora havia sido separada da esfera produtiva, o que marginalizava ainda mais as mulheres num sistema capitalista patriarcal.

### Considerações Finais

O Capital é, sem dúvidas, uma obra que transcende o tempo em que foi escrito nas possibilidades da análise do modo de produção capitalista. Contudo, não é uma obra a-histórica, ela é um produto de sua época, reflete o processo de proletarização, exploração e acumulação naquela fase do capitalismo, embora permaneça atual na compreensão desse sistema. O Capital pode servir como instrumento teórico e político para a desmistificação do trabalho das mulheres e, seu método (o materialismo histórico e dialético) foi basilar para o desenvolvimento de estudos acerca da dominação de gênero. É isso que tem feito as feministas marxistas ao longo das décadas, sempre destacando que não há emancipação da classe trabalhadora sem a emancipação dessa metade da população.

A conjuntura global deste início de década do século XXI, marcado pela pandemia de covid19, que expõe intensamente os abismos da desigualdade social e pelo aprofundamento de uma crise econômica que penaliza sobremaneira a população mais pobre, também demonstra a dimensão da exploração capitalista sobre a vida e o trabalho das mulheres. O boletim especial “Gênero: As Mulheres na Pandemia”, elaborado em 2021 pelo Centro de Estudos da Economia – IREE avaliou dados estatísticos que relacionam mulheres e economia no atual contexto. A análise percebe, através dos dados da PNAD Contínua do IBGE, que “mais de 8 milhões de mulheres deixaram a força de trabalho durante a pandemia. Isso quer dizer que não só essas mulheres saíram das atividades produtivas, mas também não constam mais nem como desempregadas/desalentadas”. (FURNO et. al., 2021, p.07). A partir dos dados do Boletim de Novembro do Centro de Estudos Econômicos do IREE, se observa ainda que as mulheres foram a parcela da população que mais perdeu vagas formais de emprego, mesmo sendo minoria nesse mercado de trabalho. Outra constatação interessante do boletim se refere ao aumento aparentemente paradoxal dos rendimentos médios de salário das mulheres durante a crise, enquanto a massa total de rendimentos delas e da população brasileira de uma forma geral caiu nesse período de crise. Todavia, a justificativa simples para esse aparente fenômeno vem logo a seguir.

A explicação para isso reside, justamente, no fato de que os trabalhos que mais abarcam mão-de-obra feminina terem sido os mais destruídos durante a crise atual. Assim, se são retiradas as rendas mais baixas do computo final, a média se eleva, embora a massa total salarial tenha recuo. O que tange a massa de rendimentos totais, as mulheres tiveram uma perda de 17%. Dessa forma, a elevação da renda média confirma que os empregos de menor remuneração foram os mais destruídos (FURNO et. al., 2021, p.).

Vale ressaltar que não há como analisar os prejuízos ao trabalho produtivo feminino no contexto de crise sem estabelecer uma ponte com o trabalho reprodutivo, pois uma relação simbiótica entre esses dois setores se constituiu ao longo da história das mulheres no sistema capitalista, como duas faces de uma mesma moeda. Os índices da pandemia corroboram essa perspectiva.

O relatório da pesquisa “Sem Parar: o trabalho e a vida das mulheres na pandemia”, produzido pela SOF – Sempre Viva Organização Feminista, apresenta dados importantes sobre essa questão. Observou-se que 41% das mulheres que seguiram trabalhando durante a pandemia com manutenção de salários afirmaram trabalhar mais na quarentena. Embora a maior parcela desse grupo seja de mulheres brancas (58% das mulheres negras estão desempregadas), urbanas e com nível superior, esse dado indica o peso da dupla jornada de trabalho e não-divisão das tarefas domésticas entre os gêneros. Outro indicador é que 50% das mulheres passaram a cuidar de alguém na pandemia, alcançando até 62% das mulheres rurais, o que sobrepõe tempos de trabalho e tempo de cuidado no cotidiano das mulheres, mesmo diante da possibilidade de trabalho remoto para uma minoria. Para 40% das mulheres, a pandemia e a situação de isolamento social colocaram a sustentação da casa em risco. Aí se inclui não somente a dificuldade em manter o pagamento de contas, mas o acesso a alimentação básica, comprometida em um contexto de alta insegurança alimentar no país<sup>19</sup>.

A pesquisa evidencia dimensões concretas da vida e do trabalho das mulheres, entre elas a inter-relação permanente entre produção e reprodução, trabalho remunerado e não remunerado. As mulheres sentem em seus corpos e saúde mental a incompatibilidade entre jornadas superextensas de trabalho, tensões provocadas pela pobreza, e a responsabilidade pelo cuidado das pessoas que delas dependem. Integrar essas esferas é um desafio para uma sociedade que priorize a sustentabilidade da vida. Mais do que uma recuperação nos tradicionais indicadores econômicos, é necessária uma reorganização da economia que persiga os objetivos de construção de igualdade e justiça social. (Gênero e Número & SOF, 2020, p. 51)

A dialética marca assim o caráter do trabalho das mulheres, que não pode ser analisado simplesmente na dicotomia das esferas produtiva e reprodutiva, pois ambas são complementares e fundamentais para compreensão do funcionamento do sistema capitalista e da exploração do trabalho das mulheres, duplamente submetido a dominação do patriarcado e do capitalismo (e do racismo no caso das mulheres negras, imigrantes e indígenas) em função da divisão sexual do trabalho.

Como Federici nos alerta, “um feminismo anticapitalista não pode ignorar Marx” (2021, p. 92) e, além do debate conceitual e da análise da exploração capitalista patriarcal do trabalho generificado (feminilizado) e racializado, é preciso construir respostas para a luta das mulheres trabalhadoras por sua emancipação. A complexidade adquirida por esse sistema de exploração na contemporaneidade, exemplificado na realidade concreta presente nas contradições do atual momento pandêmico, denota que ele não irá prescindir das suas dimensões de opressão de gênero e raça e, portanto, a superação de todas as relações de dominação precisa permanecer no horizonte das lutas anticapitalistas. Por sua vez, a organização das mulheres da classe trabalhadora em torno de pautas que desnaturalizem a divisão sexual do trabalho nas tarefas de cuidado é imprescindível para um avanço na consciência de classe e para a formulação de políticas públicas que incluam o dever do Estado na garantia de creches, restaurantes, lavanderias, enfermarias, etc. – pautas que estiveram presentes na primeira revolução socialista da história. Tais pautas de luta podem não revolucionar sozinhas a sociedade e tampouco garantir a emancipação das

mulheres, mas retiram da invisibilidade o trabalho reprodutivo e constroem um caminho de transformação das relações humanas.

### Referências

- ARRUZZA, Cinzia. Considerações sobre gênero: reabrindo o debate sobre patriarcado e/ou capitalismo. **Revista Outubro**, n. 23, 1º semestre de 2015. Disponível em [http://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2015/06/2015\\_1\\_04\\_Cinzia-Arruza.pdf](http://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2015/06/2015_1_04_Cinzia-Arruza.pdf). Acesso em 30/07/2022 às 21h32.
- BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: UFMG, 1998.
- BHATTACHARYA, T. O que é a teoria da reprodução social? **Revista Outubro**, n. 32, 1º semestre de 2019. Disponível em [http://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2019/09/04\\_Bhattacharya.pdf](http://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2019/09/04_Bhattacharya.pdf). Acesso em 28/07/2022 às 14h42.
- BIROLI, F. **Gênero e desigualdades: limites da democracia no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2018.
- DAVIS, A. **Mulheres, raça e classe**. Tradução de Heci Regina Candiani. 1ª. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.
- ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. São Paulo: Boitempo, 2019.
- FEDERICI, S. **Calibã e a Bruxa: Mulheres, Corpo e Acumulação Primitiva**. Tradução de Coletivo Sycorax, São Paulo: Elefante, 2017
- FEDERICI, S. **O patriarcado do salário: notas sobre Marx, gênero e feminismo**. Tradução de Heci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2021.
- FOUCAULT, M. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. Tradução de Raquel Ramallete. Petrópolis/RJ: Vozes, 2013.
- FURNO, J. FOGO, D. TONETO, L. CARDOMINGO, M. PAES, T. **Boletim Especial Gênero: As mulheres na pandemia**. IREE - Centro de Estudos de Economia, 2021. Disponível em <https://iree.org.br/wp-content/uploads/2021/03/BOLETIM-ESPECIAL-DO-IREE-SOBRE-GE%CC%82NERO-V2.pdf>.
- Gênero e Número e SOF Sempre Viva Organização Feminista. **Sem Parar: O trabalho e a vida das Mulheres na Pandemia**. 2020. Disponível em [http://mulheresnapanademia.sof.org.br/wp-content/uploads/2020/08/Relatorio\\_Pesquisa\\_SemParar.pdf](http://mulheresnapanademia.sof.org.br/wp-content/uploads/2020/08/Relatorio_Pesquisa_SemParar.pdf). Acesso em 20/05/2021, às 22h31.
- HIRATA, Helena. O trabalho de cuidado: Comparando Brasil, França e Japão. **SUR 24** - v.13 n.24, p. 53-64, 2016.
- hooks, b. **Teoria feminista: da margem ao centro**. São Paulo: Perspectiva, 2019.
- KERGOAT, D. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo in: HIRATA, Helena et al. (Org.). **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009 (324 p.)
- LUGONES, Maria. Colonialidade e gênero. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (org.). **Pensamento feminista hoje: perspectivas decoloniais**. Rio de Janeiro: Bazar: 2020.
- MARINI, Ruy Mauro. *Subdesarrollo y revolución en América Latina*. **Investigación Económica**, México, v. 29, n. 113, p. 87-104, jan. 1969 [1967].
- MARX, K. **O Capital** - Livro I – crítica da economia política: O processo de produção do capital. Tradução Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MARX, K.. Teses sobre Feuerbach. In: Marx, K.; Engels, F. **Textos**. Sem tradutor. São Paulo: Edições Sociais, 1977.
- MARX, K. e ENGELS, F. **Manifesto Comunista**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, K. e ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

OYËWÙMÍ, O. **A invenção das mulheres**: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero. Tradução Wanderson Flor do Nascimento. – 1. ed. – Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo. **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: Clacso: *Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales*, 2005, p.117-142. Disponível em: [http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12\\_QUIJANO.pdf](http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_QUIJANO.pdf). Acesso em 25/07/2022, às 9h45.

SAFFIOTI, H. **A mulher na sociedade de classes**: mito e realidade. São Paulo: Expressão Popular, 3ª.ed., 2013

SAFFIOTI, H. **Gênero, patriarcado, violência**. 2. ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2011.

SEGATO, Rita. **Crítica da colonialidade em oito ensaios**: e uma antropologia por demanda. 1ª ed. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

SOUZA-LOBO, E. **A classe operária tem dois sexos**: Trabalho, dominação e resistência. 3ª ed. São Paulo. Fundação Perseu Abramo. Editora Expressão Popular, 2021.

---

## Notas

<sup>1</sup> Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade de Brasília (PPGHIS-UnB); Mestre em História pela Universidade Estadual de Feira de Santana (PGH-UEFS); Professora substituta da Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB); Pesquisadora do Grupo de Pesquisa Nina Simone: Estudos Interdisciplinares de Gênero, na linha de pesquisa Nina Brasil - <http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/614006>; Currículo lattes: <http://lattes.cnpq.br/2418725947652028>; Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1949-4667>; E-mail: [mileia.sa@gmail.com](mailto:mileia.sa@gmail.com)

<sup>2</sup> Em sua obra “As origens da família, da propriedade privada e do estado”, Engels (2019) expõe as desigualdades sociais entre homens e mulheres, tecendo uma ponte entre estrutura de classes, opressão de gênero e o papel do casamento e da autoridade masculina para a subordinação feminina. Além de algumas limitações e imprecisões históricas, a obra recebeu algumas críticas feministas relevantes como em relação a tese do patriarcado que não possui base material comprovada. Todavia, não deixa de ser um estudo importante para compreensão das origens patriarcais da sociedade capitalista.

<sup>3</sup> *Gendered* – Análise que leva em conta as relações sociais e construções sociais do sexo, que considera indissociável a história de homens e mulheres nas narrativas analíticas.

<sup>4</sup> O conceito de trabalho reprodutivo presente neste artigo se refere ao processo de reprodução da força de trabalho no sistema capitalista, que contempla não somente o trabalho doméstico, mas as atividades de cuidado apropriadas no processo de divisão sexual do trabalho. Portanto, não se refere aqui às atividades relacionadas ao parto, gravidez, lactância, puerpério ou afins.

<sup>5</sup> Práxis aqui é compreendida enquanto práxis política, na perspectiva marxiana de transformação da realidade, como afirma em “os filósofos até agora interpretaram o mundo, a questão é transformá-lo” (MARX, 1977).

<sup>6</sup> <https://thetricontinental.org/pt-pt/estudos-4-coronachoque-e-patriarcado/>

<sup>7</sup> Enquanto processo social, o valor é uma propriedade inerente a mercadoria que pode assumir diferentes formas (de uso ou de troca) e resulta do trabalho humano abstrato.

<sup>8</sup> Vale ressaltar que existe uma visão essencialista sobre o papel das mulheres na família em *O Capital*, inclusive Marx apresenta uma concepção de maternidade como destino natural da mulher, abalado pela exploração do seu trabalho nas fábricas. Quando se refere a mortalidade infantil, Marx se refere ao “inatural estranhamento da mãe em relação a seus filhos, que resulta em sua esfoameação e envenenamento intencionais”. (MARX, 2013, p.579). Contudo, os debates sobre as construções culturais em torno da maternidade ainda eram insipientes a sua época, sendo alvo de polêmica mesmo na segunda metade do século XX.

<sup>9</sup> Utilizemos aqui as definições apresentadas por Saffioti em relação ao conceito de gênero. Este conceito não se resume a uma categoria de análise, como muitas estudiosas pensam, não obstante apresentar muita utilidade enquanto tal. *Gênero* também diz respeito a uma categoria histórica, cuja investigação tem demandado muito



investimento intelectual. Enquanto categoria histórica, o gênero pode ser concebido em várias instâncias: como aparelho semiótico (LAURETIS, 1987); como símbolos culturais evocadores de representações, conceitos normativos como grade de interpretação de significados, organizações e instituições sociais, identidade subjetiva (SCOTT, 1988); como divisões e atribuições assimétricas de características e potencialidades (FLAX, 1987); como, numa certa instância, uma gramática sexual, regulando não apenas relações homem–mulher, as também relações homem–homem e relações mulher–mulher (SAFFIOTTI, 1992, 1997b; SAFFIOTTI e ALMEIDA, 1995) etc. Cada feminista enfatiza determinado aspecto do gênero, havendo um campo, ainda que limitado, de consenso: o gênero é a construção social do masculino e do feminino. (SAFFIOTTI, 2011, p. 45)

<sup>10</sup> A crítica pós-colonial é testemunha das forças desiguais e irregulares de representação cultural envolvidas na competição pela autoridade política e social dentro da ordem do mundo moderno. As perspectivas pós-coloniais emergem do testemunho colonial dos países do Terceiro Mundo e dos discursos das ‘minorias’ dentro das divisões geopolíticas de Leste e Oeste, Norte e Sul. Elas intervêm naqueles discursos ideológicos da modernidade que tentam dar uma ‘normalidade’ hegemônica ao desenvolvimento irregular e às histórias diferenciadas de nações, raças, comunidades, povos. Elas formulam suas revisões críticas em torno de questões de diferença cultural, autoridade social e discriminação política a fim de revelar os momentos antagônicos e ambivalentes no interior das ‘racionalizações’ da modernidade. (BHABHA, 1998, p.239.)

<sup>11</sup> Ver Quijano (2005).

<sup>12</sup> Ainda que haja importantes divergências entre o pensamento pós-estruturalista da genealogia de Foucault e o materialismo histórico e dialético, sobretudo, em relação ao conceito de poder, a historicidade presente em ambas as correntes teóricas os aproxima na análise dos mecanismos de controle disciplinar do sistema capitalista sobre os corpos dos/as trabalhadores/as.

<sup>13</sup> <https://www.cnnbrasil.com.br/business/2021/03/04/mulheres-ganham-77-7-dos-salarios-dos-homens-no-brasil-diz-ibge>

<sup>14</sup> Uma pontuação necessária ao contexto pandêmico. As mulheres ocupam 70% dos postos na linha de frente no combate a pandemia de covid19 no Brasil. <https://www2.ufjf.br/noticias/2021/03/08/mulheres-representam-70-dos-profissionais-na-linha-de-frente-contr-a-covid-19/>. Auxiliares e técnicas de enfermagem, em postos mais precarizados e de remuneração mais baixa, foram as mais infectadas pelo coronavírus. <https://www.brasildefato.com.br/2021/03/08/o-genero-feminino-na-linha-de-frente-sao-elas-que-combatem-diariamente-a-covid-19>

<sup>15</sup> <https://oglobo.globo.com/economia/celina/aumenta-diferenca-na-carga-de-trabalho-domestico-entre-homens-mulheres-24461795>

<sup>16</sup> De todas as classes que ora enfrentam a burguesia, só o proletariado é uma classe verdadeiramente revolucionária. As outras classes degeneram e perecem com o desenvolvimento da grande indústria; o proletariado pelo contrário, é seu produto mais autêntico. As classes médias - pequenos comerciantes, pequenos fabricantes, artesãos, camponeses - combatem a burguês " porque esta compromete sua existência como classes médias. Não são, pois, revolucionárias, mas conservadoras; mais ainda, reacionárias, pois pretendem fazer girar para trás a roda da História. Quando são revolucionárias é em consequência de sua iminente passagem para o proletariado; não defendem então seus interesses atuais, mas seus interesses futuros; abandonam seu próprio ponto de vista para se colocar no do proletariado. (MARX, 2008, p. 27)

<sup>17</sup> Para se ter uma ideia da discrepância em relação ao salário mínimo no Brasil, basta observar os dados do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), que divulgou que o salário mínimo no Brasil teria que ser de R\$ 4.595,60. O valor é 4,4 vezes maior que o piso vigente, de R\$ 1.045,00. Calculado desde 1994, o valor é relativo ao preço da cesta básica mais cara (São Paulo). <https://exame.com/economia/qual-e-o-salario-minimo-suficiente-para-sustentar-uma-familia-3/>

<sup>18</sup> As ideias da classe dominante são, em cada época, as ideias dominantes, isto é, a classe que é a força material dominante da sociedade é, ao mesmo tempo, sua força espiritual dominante. A classe que tem à sua disposição os meios da produção material dispõe também dos meios da produção espiritual, de modo que a ela estão submetidos aproximadamente ao mesmo tempo os pensamentos daqueles aos quais faltam os meios da produção espiritual. As ideias dominantes não são nada mais do que a expressão ideal das relações materiais dominantes, são as relações materiais dominantes apreendidas como ideias; portanto, são a expressão das relações que fazem de uma classe a classe dominante, são as ideias de sua dominação. (ENGELS; MARX, 2007, p. 47)

<sup>19</sup> <https://www.brasildefato.com.br/2021/04/13/brasil-tem-125-6-milhoes-de-pessoas-em-situacao-de-inseguranca-alimentar-na-pandemia>

Recebido em:11 de fev.2022  
Aprovado em 18 de ago. 2022